



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7454 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

QUESTÃO DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE OS DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES

Sônia Giselly Karolczyk Correia - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Elisa Maria dos Anjos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

QUESTÃO DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE OS DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento à diversidade e igualdade de gênero é uma demanda de uma sociedade que expresse justiça social e relações mais democráticas.

Auad (2005) julga que a convivência de sujeitos vindos de grupos sociais diversificados ocasionará desigualdades. A escola também se caracteriza como um território marcado por relações com desequilíbrio entre o masculino e feminino. Acreditamos ser dever da escola explicitar a razão dessas diferenças e construir uma sociedade sem discriminações e com direitos assegurados.

Pimenta (2006, p. 38), afirma que a educação reproduz a realidade, projetando a sociedade desejada, reiterando que “enquanto prática pedagógica, a educação tem, historicamente, o desafio de responder às demandas que os contextos lhes colocam”. Percebemos que a maioria dos/as docentes não domina o conceito de gênero. Em diálogos com colegas de outras escolas tornamos esse “incômodo” uma questão de pesquisa. Será verdade que professores/as, um grupo especializado, não compreendem o conceito de gênero e sua implicação nas relações sociais?

Nossa inquietação originou-se da repulsa de notícias veiculadas pelas mídias, documentos normativos e falas de professores/as, acerca da falácia da “ideologia de gênero”^[1]. Falas acompanhadas de discursos de senso comum, como: “discutir questão de gênero pode fazer meninos se tornarem gays e meninas lésbicas”; ou: “não podemos investir nessa discussão na escola, pois destrói a família “tradicional”. Assim nasceu nossa pesquisa.

Buscando definições precisas, descobrimos com Scott (1998, p. 13), que “gênero é a organização social da diferença sexual, mas não quer dizer que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres”. Gênero como representação social e cultural construída a partir das diferenças sexuais biológicas, permitindo o

entendimento de masculino e feminino como produto de uma construção cultural.

Refinando as concepções, observamos o conceito apresentado por (NICHOLSON, 2000), referindo-se às construções sociais, e considerando as desigualdades biológicas entre masculino e feminino. Essa definição de gênero mantém conexão com a personalidade e o comportamento dos indivíduos, sendo interpretado por seus corpos, aonde gênero e sexo estão numa íntima interdependência

A prática docente conecta-se à concepção pedagógica adotada pelo/a professor/a, e determina a sua metodologia. Libâneo infere que “o modo como os professores realizam seu trabalho, selecionam e organizam o conteúdo das matérias, ou escolhem técnicas de ensino e avaliação tem a ver com pressupostos teórico-metodológicos” (1990, p. 3).

Nessa premissa a maioria dos/as professores/as, não domina esse conceito. Entendemos que essa “escolha” teórica-metodológica fica prejudicada tornando-os reféns de discursos politicamente orientados a um objetivo: a invisibilização dessa realidade. Assim, objetivamos mapear o entendimento dos/as docentes sobre a questão de gênero e sua implicação nas relações sociais, a partir de suas categorias discursivas, bem como, contribuir na reflexão da discussão do tema na escola.

Escolhemos para o desenvolvimento da pesquisa uma escola municipal na cidade de São Luís, no estado do Maranhão. Selecionamos os/as professores/as das disciplinas História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa e Ensino Religioso. A escolha relaciona-se com os conteúdos da área de humanidades.

Optamos como ferramenta metodológica, um questionário semi-aberto, estruturado com perguntas fechadas e abertas para levantar questões que desejávamos mapear e, permitir a expressão livre dos/as docentes.

Quanto à forma de interpretação dos dados, nos respaldamos na análise do discurso de Foucault (2012) que nos alerta para o perigo do discurso que assume um caráter coercitivo e controlador na sociedade, pois, sua estrutura é “controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que tem a função de conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos” (FOUCAULT, 2012, p. 8-9). Para ele, os discursos não são simples, mas uma estrutura intencional que remete a uma ligação intensa com o desejo e o poder. O discurso não se traduz somente pelo que aparenta, mas pelo objeto de desejo.

Por conta da escassez de recursos optamos por fazer esse levantamento em uma unidade escolar. Entretanto, conseguimos obter uma pequena amostra de como a comunidade de docentes percebe esse conceito.

2 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E EDUCAÇÃO

Para Silva, Oliveira e Fonseca (2011, p. 2), “a busca pela equidade de gênero faz parte do mesmo processo de construção de uma educação inclusiva e democrática” ação que tem sido uma preocupação da docência, porém, ainda não se constitui como realidade.

O termo gênero como uma categoria de análise social passou a ser utilizado a partir de 1970 por feministas americanas, para questionar o caráter social baseado nas distinções entre os sexos e na negação dos aspectos biológicos. Como afirma Scott (1995, p. 72): “A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como

‘sexo’ ou diferença sexual”.

Caracterizar como relação social a questão de gênero implica que a mesma se expressa como relações de poder situadas entre homens e mulheres, com funções definidas regidas por diferenças sexuais. O conceito de *sexo* fortalecia a ideia existente e discriminadora, que determina papéis para homens e mulheres e que nega a mudança dessa construção social histórica (NICHOLSON, 2000).

Apesar dos esforços em construir nomenclaturas para dar conta do reducionismo biologizante, atualmente percebemos o inverso da nossa concepção de justiça social e educação emancipadora defendida por Paulo Freire (1986). Configura-se um retrocesso e desconstrução de conquistas dos movimentos sociais feministas, de educadores/as e intelectuais comprometidos/as com uma sociedade mais humanizada. As discussões de gênero, se fazem imprescindíveis para a construção de uma sociedade plural. Entretanto, as instituições escolares vêm vivenciando hostilidades articuladas por movimentos políticos e religiosos conservadores (MONTEIRO, 2017).

Um marco histórico, o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, descortinou o aumento de hostilidades misóginas. Hoje, esse *modus operandi* se materializa num discurso estruturado, contrapondo-se à igualdade nas relações de gênero e suprimindo o debate escolar. Tem sido utilizado a coerção ao trabalho docente, com uma suposta intenção de desvirtuar os/as discentes os/as quais se encontram em situação de fragilidade, em função de sua posição de subordinação frente ao/a professor/a, bem como à desconstrução do modelo tradicional familiar (MONTEIRO, 2017). Essas falas ignoram dados que comprovam que 90% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Assim, o que desestrutura o modelo tradicional de família são as condições materiais da sociedade e não a práxis docente.

Esses discursos ideologizados, tem se consolidado no âmbito educacional. Tais prerrogativas se manifestam por meio de duas principais vertentes: por um lado, os discursos do senso comum e por outro, através de documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e o Plano Nacional de Educação - PNL. Esses instrumentos institucionais, tal como estão redigidos, hoje, expressam as determinações oficiais que vem sofrendo alterações, para suprimir as estratégias de reflexão na escola, e impedir que a ressignificação da realidade que a questão de gênero impõe em relação à convivência com a diversidade e democracia, bem como a formação de indivíduos mais críticos e capazes de questionar as forças de poder, que impõe uma representação única colaborando para sustentar as desigualdades em nossa sociedade (MONTEIRO, 2017).

Assim, o caráter de controle e poder emanado do currículo, tem sido utilizado como elemento regulador de condutas e concepções. Uma “ferramenta” para controlar, manipular e silenciar vozes que reclamam o direito à igualdade nas relações de gênero. Falas que já foram mais respeitadas em nosso país por meio das políticas públicas construídas (LOPES; MACEDO, 2002).

Nos documentos que norteia e normaliza o currículo escolar, as questões de gênero foram retiradas, promovendo um retrocesso epistemológico. Os parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), subsumiu as discussões sobre gênero nos Temas Transversais, no eixo da Orientação Sexual, no bloco de conteúdos *Relações de gênero e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis*, com o fim da preservação da saúde e proporcionar discussões contrárias aos estereótipos e discriminação de gênero .

O conceito de gênero apresentado nos PCNs, como “conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica do sexo” (BRASIL, 1997, p. 321) se afina ao de Scott (1998) deixando claro a diferenciação entre o *sexo*, como as

características biológicas e o *gênero* como as construções culturais socialmente desenvolvidas. Neste documento, as relações de gênero tinham espaço assegurado no currículo escolar.

Em contraste ao caráter orientador dos PCNs, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituindo-se como “um documento de caráter normativo” (BRASIL, 2017, p. 7) criado para ser “referência nacional para a elaboração dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2017, p. 8), nortear as propostas pedagógicas, as políticas de formação de professores/as, avaliação e produção de conteúdos educacionais e subtrair a discussão sobre a questão de gênero. Podemos notar que a BNCC opera com a visão arcaica do currículo como controle e poder.

Percebemos que essa alteração implica no esfacelamento da educação e se torna gravíssima à medida que contribui para aumentar os índices de violência pelo preconceito e intolerância em relação às identidades de gênero por não serem mais objeto de reflexão, mas, algo a ser combatido.

3 O MERGULHO NA PESQUISA

Durante o processo de interação com os/as docentes, na coleta de dados nos surpreendemos com a distorção dos discursos referentes à gênero.

Entre os/as docentes selecionados 12 responderam, porém 2 não deram devolutiva do questionário. Nossa amostra compunha 10 docentes e um fato peculiar foi que entre os/as professores/as, nenhum/a conseguir definir, com precisão, o significado da expressão “questão de gênero”, demonstrando o desconhecimento, mesmo em um grupo especializado, com formação universitária e que trabalha com a produção do conhecimento.

Outra questão que surgiu foi 4 docentes informaram se sentir aptos a discutir o tema em aula, apesar do questionário demonstrar seu pouco conhecimento do tema. Inferimos que a falta de fundamentação teórica, influencia os professores ao produzirem discursos ideológicos equivocados e/ou superados e, de senso comum.

O fato de 7, entre os 10 docentes serem mulheres ratifica a premissa de que em nossa sociedade, marcada pelo patriarcado, mesmo as pessoas mais atingidas por essa estrutura social, nenhuma havia manifestado, até o momento, o interesse em cursos de atualização nessa área. E mais ainda, somente um dos indivíduos do grupo, fez um curso que dialogava, transversalmente, com esse tema, e este era homem.

É relevante destacar, um dos mais comuns equívocos em relação à questão de gênero: a sua confusão com a concepção de “orientação sexual”. A maioria dos docentes entende gênero como orientação ou opção sexual que o indivíduo desenvolve.

Também relevante, foi a inexistência de situações de discriminação em relação à questão de gênero percebida pelos/as docentes no seu trabalho. Baseadas em respostas evasivas, constatamos que para a maioria deles/as essa discriminação nunca foi digno de observação. O fato de não haverem percebido nenhuma expressão acerca da questão de gênero em sua prática, reflete por um lado um desconhecimento sobre o tema, o que faz não o identificarem nos discursos misóginos, nas piadas sexistas, nas propostas preconceituosas. Por outro lado, se identificaram e optaram por não intervir, significa um conhecimento parcial ou equivocado, carregado de estereótipos sobre o tema.

Corroborando nossa percepção e a discussão proposta acima, obtivemos junto à direção e coordenação pedagógica da escola uma importante revelação: apesar de haver formação continuada neste espaço escolar, nenhuma com o tema da questão de gênero foi efetivada. Ao não se constituir como demanda de aperfeiçoamento para a direção ou coordenação é significativo para explicitar como o conhecimento distorcido, carregado de ideologias sobre gênero, pode ser corrosivo, mesmo para os responsáveis pela formação dos/as estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção” (FREIRE,1996, p. 22). Assim, o/a educador/a não ministrará um ensino bancário, que desconsidera o conhecimento do/a aluno/a.

O/a educador/a precisa de três prerrogativas importantes: *ser* um profissional competente, generoso/a, crítico/a, pesquisador/a, curioso/a, defensor/a de direitos, comprometido/a, e tolerante; *saber* escutar, respeitar os educandos/as e sua autonomia, tomar decisões, intervir, está aberto ao diálogo, apreender a realidade e, *aceitar* a diversidade de identidades, a mudança, a educação como ideológica e política, a reflexão crítica da prática (FREIRE. 1996).

Esses saberes não são assimilados somente na academia, vão sendo construídos com o exercício da profissão, reflexão da prática docente e formação continuada permanente, à luz do contexto social. Considerando que as escolas não recebem material didático adequado às discussões de gênero, mas com viés ideológico que invisibiliza as discussões, acreditamos na necessidade de construir instrumentos capazes de colaborar com a formação e estimular as práticas docentes na abordagem dessas relações.

Apesar dos retrocessos nas discussões sobre gênero, ainda concebemos a escola como espaço onde o/a professor/a tem a oportunidade de trabalhar temas, levantando discussões com seus/as alunos/as, para minimizar posturas preconceituosas e discriminatórias que há muito persistem na sociedade.

Contudo, percebemos nos discursos manifestados, que os/as docentes não compreendiam o conceito de gênero como uma construção social ou o significado dos papéis sociais que privilegia os homens e vitimiza as mulheres.

Constatamos que o currículo escolar oficial não assegura a discussão sobre as questões de gênero na escola e, a formação continuada sobre o tema ainda não se tornou relevante entre a maioria dos/as docentes pesquisados. Fato que lastimamos, pois, não concebemos, ser possível reduzir as desigualdades e promover direitos em nosso país, em especial, a de gênero, que vem assustadoramente, enfrentado um dos períodos mais violentos dos últimos anos, haja vista, as notícias constantes de feminicídios e intolerância divulgado pelas mídias em geral, sem um enfrentamento, a nível educacional e, os/as professores também precisam responder a essas demandas sociais.

Essa realidade detectada na escola pesquisada, leva-nos a concluir que a falta de conhecimento teórico sobre o conceito de gênero, a supressão do tema nos documentos oficiais educacionais, a ausência de uma política de formação continuada que contemple a temática não viabiliza um prática docente inclusiva mas, contribuem para que os discursos politicamente orientados e de senso comum, em sua maioria pejorativos e estereotipados, sejam assimilados, reproduzidos e, continuem colaborando para a permanência de um

paradigma de sociedade que promove dor e injustiças nas relações entre homens e mulheres.

Acreditamos que a formação continuada é importante no espaço escolar. A devolutiva mais significativa que obtivemos com a pesquisa foi a intenção manifestada de docentes que nunca haviam se preocupado com a questão de gênero, informarem que pretendem realizar uma formação nesse tema. Essa notícia nos deixou felizes pois a questão de gênero é uma necessidade para a construção de relações escolares mais equânimes e, uma sociedade mais justa onde as pessoas possam conviver e promover espaços de discussão sobre a diversidade de gênero, auxiliar os/as docentes na atualização do seu repertório discursivo e teórico, bem como, inserir os estudantes em propostas que dialoguem com essa temática. A questão de gênero na sociedade é uma realidade, portanto, um fenômeno que pode e deve ser pautado dentro do currículo, seja dos/as professores/as, seja dos/as discentes.

Palavras-chave: Educação. Ideologia. Gênero. Formação continuada.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. Relações de gênero nas práticas escolares: o aprendizado da separação nas misturas do pátio. **Revista Ártemis**, Universidade Federal da Paraíba, v. 2, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/download/2346/2098>>. Acesso em: 13 ago 2020.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org). **Formação de Educadores:** artes e técnicas, ciências políticas. São Paulo. Editora UNESCO, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Orientação Sexual,** Brasília: MEC/SEF, 1997. disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em 26 jul 2020.

BRASIL. **Plano nacional de educação - PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, Distrito Federal: Inep, 2015. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 23 jul 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo:** debates contemporâneos. São Paulo. Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública.** São Paulo: Loyola, 1990.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em: 13 ago

2020.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo no Brasil**. In: PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 17-52.

SCOTT, Joan. **Gênero e a Política de História**. Nova York: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul/dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Vânia; OLIVEIRA, Francisca Lira de; FONSECA, Patrícia Nunes. Relações de gênero e a formação de professores: reflexões sobre a prática pedagógica. In: **III Seminário Nacional - gênero e práticas culturais: olhares diversos sobre a diferença**, 2011, João Pessoa.

[1] A questão de gênero é substituída por “Ideologia de gênero” destacando-se nos noticiários por meio do Projeto de Lei Escola sem Partido e da associação deste com correntes conservadoras políticas e lideranças religiosas.